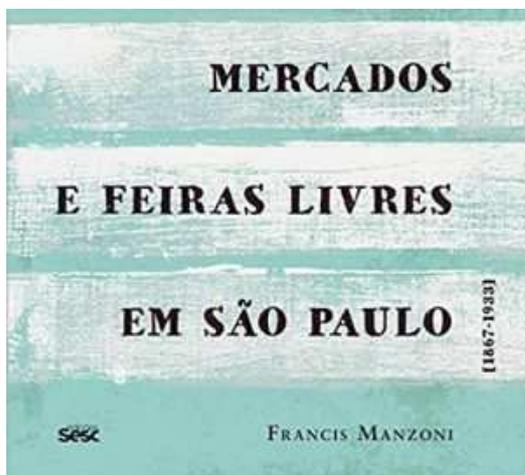


**resenha**

**Mercados e feiras livres em São Paulo:  
uma análise sobre o tempo do Brasil sem agrotóxicos**

MANZONI, Francis. **Mercados e feiras livres em São Paulo: 1867-1933**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019 (208 p.)

**DEYVISON LOPES DE SIQUEIRA\***



O livro “Mercados e feiras em São Paulo: 1867-1933”, de autoria de Francis Manzoni, apresenta as experiências da população envolvida na produção e no comércio de alimentos na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mostrando o papel dos mercados públicos, das feiras e do comércio ambulante no abastecimento de gêneros

alimentícios territorializados na cidade de São Paulo.

Em abordagem inicial, o autor relata as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores envolvidos na produção e no comércio de alimentos na cidade de São Paulo. Aponta que na virada do século XX os trabalhadores participaram da construção de um mercado de trabalho livre capitalista. Assim, o autor busca compreender o modo de vida, as formas de trabalho e o comportamento dos trabalhadores que participavam do abastecimento de gêneros alimentícios, evidenciando suas estratégias de subsistência e de interação com as transformações na cidade. As informações sobre os mercados públicos, as feiras e o comércio ambulante contidas no livro, são oriundas das pesquisas realizadas pelo autor no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, bem como na Seção Referência



\* **DEYVISON LOPES DE SIQUEIRA** é Bacharel em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrando em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG, e-mail: [deyvisonsiqueira@yahoo.com.br](mailto:deyvisonsiqueira@yahoo.com.br)

Legislativa da Procuradoria Geral do Município.

O livro está organizado em três capítulos, no primeiro capítulo, intitulado “O campo e a cidade: trabalho, práticas populares e políticas públicas”, o autor apresenta a localização dos espaços responsáveis pelo abastecimento de alimentos na cidade, evidenciando, assim, o papel dos sítios, chácaras, quintais e várzeas, localizados ao redor do centro de São Paulo, na produção de alimentos, apontando a participação desses espaços na configuração socioeconômica e territorial do município. Segundo o autor, “nessa época São Paulo não era um grande município, mas um amontoado de pequenas cidades construídas uma ao lado da outra e uma dentro da outra” (Manzoni, 2019, p. 29). A região da várzea se configurava como território popular e espaço de sobrevivência, sobretudo, para os trabalhadores de origem nacional. Porém, nas últimas décadas do século XIX, houve várias modificações na configuração geográfica e social do espaço urbano e rural da cidade de São Paulo, destacando-se os loteamentos e o surgimento de novos bairros, com a criação de reformas urbanísticas, no intuito de moldar a cidade, determinando funções para cada espaço, assim, o poder público deslocava as regiões de várzea, os terrenos baldios e as chácaras para lugares mais afastados do centro da cidade. Desse modo, na transição para o século XX, a cidade de São Paulo tornou-se alvo de investimentos de fazendeiros, banqueiros e comerciantes, que intervinham junto ao poder público municipal, e utilizavam a legislação e a máquina pública, na tentativa de apropriarem-se de ruas, terrenos, casas e espaços públicos, onde a população pobre vivia e trabalhava. No intuito de eliminar os espaços que eram

indesejáveis, onde se localizava os territórios de comércio dos trabalhadores, a prefeitura criou o “Serviço Sanitário Municipal”, órgão responsável pela fiscalização dos produtos, que ao mesmo tempo eliminava as aglomerações de populares pela cidade. Assim, “pretendendo ‘redesenhar’ a cidade, as elites cobram do poder público o direito de desapropriação por meio do qual poderiam deslocar os territórios de populares para áreas mais distantes” (Manzoni, 2019, p. 35).

As Reformas urbanas e a fiscalização sanitária, com vistas à especulação imobiliária, foram alguns dos instrumentos das classes dirigentes de apropriação dos espaços onde vivia e circulava a classe mais pobre, causando o desaparecimento de algumas áreas de cultivo próximas às áreas urbanas. Essas transformações dos espaços e o deslocamento dos trabalhadores, que insistiam em permanecer nas áreas centrais, ocorreram com a participação de grandes empresários, membros da elite econômica e da prefeitura, que tinham pouca ou nenhuma preocupação com as necessidades da população trabalhadora, e sim, com os interesses econômicos, impondo, então, grandes intervenções no espaço da cidade e na rotina de trabalho dos trabalhadores pobres.

No segundo capítulo, “o comércio popular de alimentos na cidade: ruas, mercados e feiras de São Paulo”, o autor mostra como se dava a organização e o uso dos mercados públicos, as feiras, os territórios do comércio ambulante, espaços utilizados pelos trabalhadores para a realização do comércio popular na cidade. Nesse caso, na transição para o século XX, o comércio de gêneros de primeira necessidade, bem como o comércio de gêneros alimentícios,

constituíam um ramo de trabalho em crescimento, com a participação de trabalhadores nacionais, mas, contando também com a presença dos estrangeiros na cidade. Nessa época, tanto para os trabalhadores livres, como para os escravos, o cultivo da terra e o comércio de alimentos e produtos diversos representavam condições de sobrevivência e reprodução cotidiana entre os “espaços urbanos e rurais”. Desse modo, “compreender o funcionamento do comércio de alimentos realizado em São Paulo nesse período implica reconhecer, primeiramente, que essa atividade já fazia parte da sociedade paulistana desde o período da escravidão. Alguns tentavam melhorar as condições de sua própria subsistência, enquanto outros procuravam constituir pecúlio para comprar sua própria liberdade” (Manzoni, 2019, p. 64).

Na primeira metade do século XX, o autor revela que existia um espaço popular plural, as feiras de rua, onde se vendiam mercadorias e alimentos de toda espécie, tais como: hortaliças e carnes, roupas e sapatos, entre muitos outros artefatos. A rua era o *locus*, onde os trabalhadores pobres podiam vender bens e produtos para obter alguma renda. Todavia, as autoridades da administração pública pretendiam implantar um tipo de “higienização social” dos espaços ocupados pela população pobre da cidade, fazendo assim, o deslocamento do comércio realizado nas ruas para os mercados públicos, como forma de controle dos espaços e das pessoas. Os territórios populares na cidade, mercados e feiras, reuniam e misturavam vendedores e clientes, camponeses e imigrantes pobres, em intensa atividade social e comercial.

Nesta perspectiva, a prefeitura foi desenvolvendo mecanismos de controle popular do comércio dos trabalhadores nesse período. Para a administração pública, era interessante reunir todos os comerciantes nos mercados municipais, submetendo-os aos impostos e taxas de locação, além de mantê-los afastados das áreas residenciais nobres. Mesmo que o suprimento alimentício de todo o município dependesse da venda dos ambulantes, as autoridades municipais pretendiam banir a presença nas ruas e o trânsito dos ambulantes e trabalhadores pobres. O poder público promoveu normas cada vez mais rígidas sobre os mercados ambulantes, o que trouxe um descontentamento crescente na classe trabalhadora, revoltados com o descaso, o tratamento autoritário e o abuso das autoridades por parte dos guardas fiscais, surgindo, pela primeira vez, movimentos sociais de lutas, com práticas sociais de denúncia e reclamações contra o sistema rígido e autoritário da prefeitura.

A criação das “feiras livres”, com taxas de instalação mais acessíveis aos trabalhadores pobres, principalmente em relação aos alugueis cobrados nos mercados, era algo importante para os trabalhadores mais pobres. Porém, verifica-se que a institucionalização das feiras existentes na cidade, significou uma primeira tentativa de ordenar e distribuir, de modo mais planejado, o comércio popular de rua, intensificando-se a fiscalização sobre os ambulantes. Assim, com um discurso propondo oportunidades de negócio a pequenos produtores e comerciantes, forjavam-se caminhos para a concentração dos ambulantes em áreas circunscritas e, pouco a pouco, mais afastadas do centro da cidade.

No terceiro capítulo, “Entre normas e exceções: o cotidiano dos comerciantes no abastecimento alimentício de São

Paulo”, é tratado o aumento da intervenção do poder público nas práticas de produção e comércio na cidade de São Paulo. Os trabalhadores são submetidos ao pagamento de taxas de locação dos espaços públicos e de impostos sobre a venda dos produtos. Assim, quanto maior fosse à variedade de alimentos vendidos por cada produtor, maior o valor dos impostos. Nessa época, os trabalhadores tinham de comprar cartas de licença, para terem permissão de comercializar seus produtos nos mercados públicos ou nas feiras. Com criação, pela prefeitura, da Intendência de Higiene e Saúde Pública, cuja intenção era regularizar o abastecimento alimentício e criminalizar determinadas formas de comércio, o abastecimento era permeado por tensões e conflitos entre as diversas categorias de comerciantes, e destes e a administração municipal. A normatização, imposta pela prefeitura, não coadunava com os reais interesses e necessidades comerciais dos trabalhadores, pois exigia a comercialização de mercadorias predeterminadas. Essas ocorrências resultaram em um movimento popular de resistência aos impostos sobre os produtos, e envolviam comerciantes nacionais e estrangeiros.

Por fim, é importante destacar o mérito do autor, que através de um trabalho de intensa pesquisa documental, registros fotográficos, análises de leis e relatos, desenvolveu uma importante reflexão sobre a luta, a resistência e as inúmeras

estratégias de sobrevivência dos trabalhadores durante o período de transição dos séculos XIX e XX. Os relatos revelam a grande importância que os mercados públicos, os espaços de feiras e o comércio ambulante tinham no abastecimento de alimentos, além de mostrar as relações que esses trabalhadores comerciantes estabeleciam com os moradores da cidade. Todavia, fica nítida a implantação de práticas rígidas por parte da administração pública, visando promover a regulamentação do comércio, fato este que impulsionou a organização, nos movimentos de lutas, das práticas sociais de denúncias, reclamações e revoltas para defender seus interesses comerciais.

Cabe ressaltar também que o livro aborda aspectos que vão além das relações comerciais, apresentando as transformações ocorridas na cidade de São Paulo, durante a transição do século XIX para o século XX, que a colocou num patamar de poderosa megalópole brasileira, inclusive com arranjos internacionais. Isso tudo, em um período no qual nem se discutia o uso dos agrotóxicos, quando não existiam os pacotes tecnológicos, nem a lógica “exclusiva” de mercado que é praticada atualmente. Discussões importantes, que poderiam ter feito toda a diferença na realidade do século XXI, como aponta o autor.

Recebido em 2020-04-14  
Publicado em 2020-07-21